Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020

HHMC/TBM/TS/TM 3379/21

ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A. Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 Conteúdo Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Balanços patrimoniais Demonstrações do resultado Demonstrações do resultado abrangente Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa



Rua Major Quedinho 90 Consolação - São Paulo, SP Brasil 01050-030



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Elfe Operação e Manutenção S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Elfe Operação e Manutenção S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elfe Operação e Manutenção S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas intragrupo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Henrique Herbel de Melo Campos Contador CRC 1 SP 181015/0-3 - S - RJ

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

_	
$\Lambda +$	i, ,,
Δ	11///1

	Nota		
	Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.516	3.010
Contas a receber de clientes	5	56.596	49.708
Contratos em garantia	5	17.460	16.164
Tributos a recuperar	6	19.631	38.980
Despesas antecipadas e demais ativos	7	4.375	1.383
Saldo a receber de partes relacionadas	19	40.053	40.053
Total do ativo circulante		171.631	149.298
Não circulante			
Depósitos judiciais	18	3.765	3.185
Partes relacionadas	19	86.688	64.265
Despesas antecipadas e demais ativos	7	278	73
IR e CS diferidos	14	30.529	11.754
Imobilizado	8	14.678	15.063
Intangível	9	5.128	4.780
Direito de uso	10	4.696	2.609
Total do ativo não circulante		145.762	101.729
Total do ativo		317.394	251.027

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

_	
Pass	1×10^{-1}
1 (1.5.5	IVU

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	11	31.102	34.656
Pessoal e encargos trabalhistas	12	57.097	36.904
Tributos a recolher	13	34.840	41.130
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	43.333	19.334
Passivos de arrendamento	16	1.676	2.416
Total do passivo circulante		168.049	134.440
Não circulante			
Tributos a recolher	14	16.544	16.311
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	6.157	16.875
Passivos de arrendamento	16	3.332	263
Provisão para contingências	17	1.745	3.405
Partes relacionadas	19	76.437	16.817
Demais obrigações	18	1.289	-
Total do passivo não circulante		105.505	53.671
Total do passivo		273.553	188.111
Patrimônio líquido			
Capital social	21	74.758	58.000
Reservas de lucros		4.903	17.501
Prejuízos acumulados		(35.821)	(12.585)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		43.841	62.916
Total do passivo e patrimônio líquido		317.394	251.027

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	21	296.514	280.740
Custos dos serviços prestados	22	(291.195)	(267.505)
Resultado operacional bruto		5.319	13.235
Despesas gerais e administrativas	23	(27.601)	(24.245)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	24	(1.966)	347
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(24.248)	(10.663)
Receitas financeiras	25	1.091	13.014
Despesas financeiras	25	(31.439)	(25.514)
		(30.348)	(12.500)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(54.596)	(23.163)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	14	18.775	10.578
Prejuízo do exercício		(35.821)	(12.585)
Prejuízo por ação ordinária (em Reais):			
Básico		(0,4792)	(0,2200)
Diluído		(0,4792)	(0,2200)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	35.821	12.585
Resultado abrangente total do exercício	35.821	12.585

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de capital					
	Capital social	Reserva legal	Lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2019	58.000	1.440	16.061	-	75.501	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.585)	(12.585)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58.000	1.440	16.061	(12.585)	62.916	
Aumento de capital - aporte ETS Participações Prejuízo do exercício	16.758	-	- (12)	(35.821)	16.758 (35.833)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.758	1.440	16.049	(48.406)	43.841	

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(35.821)	(12.585)
Depreciação e amortização	(3.584)	5.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.775	(7.913)
Provisões para contingências	233	1.400
Resultado na alienação do ativo imobilizado	347	(347)
Apropriação de juros e encargos financeiros	-	215
Prejuízo ajustado	(20.050)	(14.217)
Aumento/(redução) de ativos:		
Contas a receber	(8.184)	(9.228)
Garantias contratuais	-	5.283
Tributos a recuperar	19.349	28.165
Adiantamentos diversos	(2.992)	1.167
Depósitos judiciais	(580)	(1.323)
Outros ativos	(206)	(90)
Aumento/(redução) de passivos:		
Fornecedores	(3.554)	(1.075)
Pessoal e encargos sociais a pagar	23.999	(5.729)
Tributos e parcelamentos a pagar	20.193	(4.290)
Outros passivos	(10.689)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.286	(1.337)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	3.621	(2.325)
Venda de ativo imobilizado	(347)	347
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	3.274	(1.978)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	23.999	39.690
Amortização de empréstimos e financiamentos	(10.718)	(8.897)
Variação com partes relacionadas	(22.423)	(28.837)
Passivo de arrendamento	2.329	(1.583)
Aumento de capital	16.758	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	9.945	373
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	30.506	(2.942)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.010	5.952
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	33.516	3.010
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	30.506	(2.942)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonst		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ELFE Operação e Manutenção S.A. foi constituída em 13 de abril de 1994, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. A Sede da Companhia está localizada na Rua Pedro Hage Jahara, n°400, Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, com vários escritórios no Brasil e bases regionais localizadas em pontos estratégicos.

A ELFE Operação e Manutenção S.A., (descrita adiante como "ELFE" ou "Companhia") é uma das empresas controladas de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de: (i) manutenção industrial e facilities; (ii) atendimento a clientes (contact center e trade marketing) e (iii) Tecnologia da Informação, a ATMA Participações S.A.

A Companhia tem como principais serviços: (ii) manutenção de unidades industriais, refinarias, unidades de E&P (onshore e offshore), dutos e gestão de infraestrutura predial (limpeza e conservação) e manutenção de áreas verdes (facilities).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com aproximadamente 4.900 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil, propiciando um ambiente de trabalho favorável ao crescimento profissional e à diversidade, sendo um dos seus principais pilares a inclusão e a responsabilidade social.

1.1. Incorporação da empresa - Avit

Em 02 de abril de 2020, a controlada Avit foi incorporada pela Elfe. A Avit encontrava-se inativa e anteriormente prestava serviços de gestão administrativa à Elfe sendo incorporada pelo valor contábil.

1.2. COVID - 19

Ao final do 1º trimestre de 2020, ficou de forma clara, relevante e definitiva a nova realidade advinda do COVID-19. Nossos clientes, parceiros, fornecedores e todo nosso time de colaboradores foram e são impactados. O impacto dessa nova realidade trouxe desafios adicionais à nossa Companhia.

Na segunda quinzena de março de 2020, iniciou-se uma maior repercussão na atividade econômica brasileira em decorrência das medidas para contenção da disseminação da pandemia/COVID-19. Neste contexto, os resultados da Companhia foram afetados pontualmente nas linhas de serviço e/ou negócios, onde as medidas de isolamento social geraram maiores restrições à nossa logística operacional, gerando redução de operações ou reprogramação de projetos que estavam em fase de implantação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

É importante destacar que, com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, e entendimentos das esferas Estaduais e Municipais, nossas principais operações (CRM e Manutenção) foram consideradas serviços essenciais. Tal fato gerou a estabilidade necessária para que a parte principal de nossas atividades fossem mantidas, o que nos permitiu continuar e intensificar nossos serviços e dar suporte operacional aos nossos clientes.

Os ajustes à nova realidade foram pontuais e concentrados. A Companhia necessitou revisar todos os seus processos operacionais, investindo no enquadramento às novas regras de higienização. Também houve reprogramação de serviços, e aqueles que estavam em fase inicial de implantação foram postergados para o 2º segundo semestre de 2020 e 1º trimestre de 2021.

Adicionalmente, as despesas de pessoal da Companhia foram ajustadas de forma a refletir as novas condições operacionais decorrentes da pandemia, tais como reduções de jornada de trabalho, suspensão (layoff) de contratos, liberação de pessoas em grupos de risco, dentre outros.

Conforme Portarias nos 139 e 245, de 2020, os prazos de recolhimento de INSS das competências de março, abril e maio de 2020 foram prorrogados para o período entre agosto e novembro do mesmo ano. Também foram prorrogados os recolhimentos de FGTS dos mesmos períodos, conforme MP no 927/2020. Para este último, houve a possibilidade de parcelamento a partir do mês julho de 2020 em até seis parcelas, sem a incidência de atualização monetária, multa e demais encargos.

Em relação aos contratos de recebíveis firmados com clientes, não foram identificados riscos de perdas adicionais aos valores das provisões para perdas já reconhecidas. No entanto, entre os meses de abril a junho, ocorreram renegociações pontuais com alguns clientes visando o alongamento dos prazos de vencimento. A Administração acompanha o tema com muita proximidade e acredita que o nível de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é adequado à condição de risco estimada para os clientes. Adicionalmente, também ocorreu uma sinalização da normalização do cenário de renegociações.

Os impactos financeiros da pandemia no ano de 2020 estão demonstrados a seguir:

		Valor
Rubrica	Impacto	(em milhões R\$)
Receita	Redução na receita projetada do período	(135,7) MM
Custos e despesas	Aumento devido aos ajustes no quadro de	
	pessoal e custos com adaptação dos locais	
	de trabalho	(33,2)MM
Caixa e equivalentes	Dispêndio devido ao aumento de custos	(33,2) MM

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém acompanhamento diário de suas operações e vem adotando todas as medidas e protocolos necessários para preservar a integridade e a saúde dos seus 4.900 mil colaboradores e reforça seu compromisso de apoiar a sociedade brasileira por meio de suas atividades essenciais, tendo certo que este momento de desafio será superado.

2. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (exceto quando mencionado de outra forma), sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia. Foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelos pronunciamentos CPCs, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações contábeis individuais.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 15 de junho de 2021, e afirma que em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas que envolvem incertezas:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral, através do preço de cotação em mercados ativos. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia faz parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota Explicativa nº 17). Provisões para riscos dessa natureza são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa do valor possa ser feita com relativa segurança.

Na avaliação de probabilidade é utilizado o conjunto de evidências disponível a ser aplicado aos processos, dentre os quais a hierarquia das leis, as jurisprudências atualizadas, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros devem ser avaliados periodicamente ou caso existam indícios de redução do seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, deduzido os custos de venda, e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível: (i) à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados, e (ii) à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro ("CSLL") são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurado.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos são classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais no montante de R\$ 18.775 considerando as projeções de geração de lucro tributável futuro da Companhia (Nota Explicativa nº 14).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas e práticas contábeis

3.1. Classificação de ativos e passivos

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);
- For mantido principalmente para negociação; ou
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em a Companhia que ela opera.

3.3. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou qualquer ajuste.

3.4. Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e demais recebíveis, debêntures e empréstimos, assim como contas a pagar e demais dívidas.

O reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros é feito apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos, sendo reconhecido pelo seu valor justo acrescido por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

 Custo amortizado: para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

3.5. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução dessas tecnologias, podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de recuperabilidade através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

3.6. Ativo intangível

Os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios é realizada anualmente e considera premissas e julgamentos divulgados na Nota Explicativa n° 9. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados ajustes nos valores dos ágios registrados.

3.7. Arrendamentos

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.8. Receita de vendas

As receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) - "Receita com Contratos de Clientes", que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

Os custos incrementais com a implantação de novas operações são diferidos e reconhecidos no resultado pelo prazo inicial de cada novo contrato.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços de manutenção industrial e facilities a receita é auferida com base no nível de serviço prestado e/ou preço fixo mensal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% ou 1,65% para o PIS e 3,00% ou 7,60% para a COFINS;
- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas de 2% a 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta): incidência de 3,00% a 4,5% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

3.10. Custos e despesas

Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e atualização monetária de passivos financeiros.

3.12. Lucro/(prejuízo) por ação

O cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

3.13. Demonstração do valor adicionado

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Assim, seguindo aos pronunciamentos CPC's, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas informações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3.14. Novas normas e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020:

As emissões/alterações de pronunciamentos CPCs efetuadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2020, não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu/revisou alguns pronunciamentos, dos quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	33.516	3.010
	33.516	3.010

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	56.596	52.039
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa		
- PECLD	(2.331)	(2.331)
	54.265	49.708

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
A faturar	38.379	31.622
A vencer	14.125	18.698
Vencidos até 30 dias	772	781
Vencidos de 31 a 60 dias	1.051	569
Vencidos de 61 a 90 dias	87	127
Vencidos de 91 a 180 dias	267	231
Vencidos acima de 180 dias (a)	4.246	2.342
(-) PECLD	(2.331)	(2.331)
	56.596	52.039

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Contas a receber - garantias contratuais

O saldo do contas a receber da Companhia apresenta um montante de R\$ 17.460 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 16.164 em 31 de dezembro de 2019) relativo às garantias contratuais de retenções ocorridas sobre os faturamentos de contratos de prestação de serviços com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. As retenções correspondem a até 5% do valor faturado. Esses valores têm previsão de atualização pelo INPC e serão restituídos em sua totalidade ao término de cada contrato após o cumprimento das obrigações contratuais.

6. Tributos a recuperar

6.1. Créditos fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL a recuperar	10.747	12.088
PIS/COFINS a recuperar	3.060	7.797
INSS a recuperar	1.040	14.313
ISS a recuperar	4.481	4.482
Outros impostos	<u> </u>	300
	19.631	39.980

6.2. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(35.821)	(23.163)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	12.179	7.875
Ajustes:		
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	(4.867)	(610)
Baixas de passivos exercícios anteriores	(4.607)	3.313
'		
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	18.775	10.578
Corrente	_	2.664
Diferido	18.775	7.914
ما مادسته ما مادسته مدسته مادسته مادسته مادسته مادسته مادسته مادسته مادسته مدلسته مادس	F2 40/	47.007
A alíquota efetiva de:	52,4%	46,0%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros créditos e demais ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a fornecedores	3.569	153
Adiantamentos a empregados	81	619
Despesas antecipadas	674	611
Outros créditos	329_	73
	4.653	1.456
Circulante	4.375	1.383
Não circulante	278	73

8. Imobilizado

Imobilizado					
	Depreciação Taxa média ponderada a.a		2019 <i></i>	Adições	31/12/2020
Custo: Máquinas e equipamentos Informática Veículos Móveis e utensílios Benfeitorias em bens de terceiros Total			32.268 2.488 3.530 1.192 908 0.386	3.327 104 22 14 - 3.467	35.595 2.592 3.552 1.206 908 43.853
Depreciação acumulada: Máquinas e equipamentos Informática Veículos Móveis e utensílios Benfeitorias em bens de terceiros Total	10,00 20,00 20,00 10,00 10,00		3.620) 1.881) 3.512) (705) (605) 5.323)	(3.307) (244) (7) (113) (181) (3.851)	(21.927) (2.125) (3.519) (818) (786) (29.175)
Imobilizado líquido		1	5.063	(384)	14.678
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo: Máquinas e equipamentos Informática Veículos Móveis e utensílios Benfeitorias em bens de terceiros	po	30.320 2.169 3.697 1.162 908	1.948 319 19 30	(186) -	32.268 2.488 3.530 1.192 908
Total		38.256	2.316	(186)	40.386
Depreciação acumulada: Máquinas e equipamentos Informática Veículos Móveis e utensílios Benfeitorias em bens de terceiros Total	10,00 20,00 20,00 10,00 10,00	(15.584) (1.671) (3.682) (593) (423) (21.954)	(3.036) (210) (15) (112) (182) (3.555)	- 186 - 186	(18.620) (1.881) (3.512) (705) (605) (25.323)
Imobilizado líquido		16.302	(1.239)		15.063

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Análise do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

9. Intangível

	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Custo:	portaci ada a.a.	0171272017	7 tarçocs	0171272020
Ágio	-	4.761	-	4.761
Outros	-	6.223	381	6.604
Total		10.984	381	11.365
Amortização acumulada:		((004)	(0.0)	((, 0.07)
Outros	-	(6.204)	(33)	(6.237)
Total		(6.204)	(33)	(6.237)
Intangível líquido		4.780	(348)	5.128

Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visto que o valor das projeções foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. A análise de recuperação é realizada anualmente.

O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa a partir de estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado reflete as perspectivas de manutenção da demanda dos serviços. A taxa média de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 10,5%. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 6,9%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso

Direito de uso	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Edificações				
Custo	4.038	13.944	(12.094)	5.888
Depreciação acumulada	(1.429)	(3.607)	3.844	(1.192)
Direito de uso líquido	2.609	10.337	(8.250)	4.696

11. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019	
Fornecedores nacionais	31.102	34.656	
	31.102	34.656	

Contempla principalmente fornecedores de: (i) benefícios a empregados; (ii) Tecnologia da Informação e (iii) manutenção de infraestrutura predial.

12. Pessoal e encargos trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e honorários	11.221	13.317
Provisões de férias	15.984	12.463
Encargos sociais	26.875	11.124
Rescisões trabalhistas	2.166	-
Outros	851	-
	57.097	39.904

13. Tributos a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS	12.844	10.713
CPRB	12.609	20.068
ISS	4.136	2.015
Parcelamentos fiscais	20.309	23.622
Outros tributos a recolher	1.487	1.024
	51.385	57.441
Circulante	34.840	41.130
Não circulante	16.544	16.311

Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial às Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos de longo prazo:

Anos	Valor (R\$)
2022	5.866
2023	4.795
2024	4.052
2026 em diante	16.272
Total não circulante	30.987

14. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, Iíquido

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo fiscal diferido	30.529	11.754
Ativo fiscal diferido, líquido	30.529	11.754

Os ativos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures e empréstimos

15.1. Debêntures

A composição e movimentação das debêntures no exercício de 2020 pelo valor justo está apresentada a seguir:

		Data de					Encargos	
Empresa	Emissão	emissão	Vencimento	Remuneração	31/12/2019	Amortização	financeiros	31/12/2020
ELFE	2º Emissão - Série única	04/10/2018	04/10/2022	IPCA + 12%	20.213	(9.695)	4.270	14.788
Circulante Não circulante								9.163 5.625

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Segue quadro com as informações do valor justo e o valor debêntures em 31 de dezembro de 2020:

		31/12/2020
	Elfe	Total
Valor justo	14.788	14.788
Valor nominal	14.788	14.788

O valor justo das debêntures é uma estimativa dos seus fluxos de pagamento descontados a valor presente pela curva de juros CDIxPré + spread de risco de crédito.

O cronograma de vencimento das debêntures e créditos do plano está apresentado a seguir:

	2021	2022	Total
Valor justo	9.163	5.623	14.788
Valor nominal	9.163	5.623	14.788

Cláusulas restritivas ("Covenants")

A escritura das debêntures da 2ª emissão da Companhia contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos ("covenants") que são avaliados nos trimestres encerrados em junho e dezembro, sendo a primeira avaliação para o 4º trimestre de 2020. Adicionalmente, a escritura prevê que o descumprimento somente estará caracterizado desde que os índices exigidos deixem de ser observados por 2 (duas) apurações consecutivas ou 3 (três) alternadas.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 2ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA ex-contingências	Igual ou inferior a 3,00
EBITDA ex-contingências / Despesas financeiras, líquidas	Igual ou superior a 2,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

Devedor/Modalidade	Vencimento	Taxa de juro 3	31/12/2019	Captações	Amortizações	Encargos financeiros	31/12/2020
ELFE Progredir - Petrobrás Banrisul	2022 2020	2,19% a.m. 2,25% a.m.	15.829 167	55.060 -	(54.269) (184)	18.082 17	34.702
					Saldo		34.702
circulante não circulante			15.996 -				34.170 532

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

		31/12/2020		
	2021 2022 Total			
Valor justo	34.170	532	34.702	
Valor nominal	34.170	532	34.702	

16. Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais da Companhia e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. Segue quadro com a movimentação em 31 de dezembro 2020:

Objeto do					Juros	
arrendamento	31/12/2019	Adições	Baixas	Pagamentos	incorridos	31/12/2020
Edificações	2.679	13.944	-	(12.770)	1.155	5.008
Circulante	2.416					1.676
Não Circulante	263					3.332

A Companhia revisou o valor presente dos passivos de arrendamento no 2º trimestre de 2020 considerando uma taxa de juros atualizada ao seu perfil, passando de 9,43% a.a. para 16,17% a.a., o que impactou em redução do passivo de arrendamento, bem como no ativo de direito de uso (Nota Explicativa nº 10).

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Anos	31/12/2020
2021	1.676
2022	1.570
2023	1.378
Acima de 3 anos	1.931_
	6.555
Ajuste a valor presente	(1.547)
	5.008
2023 Acima de 3 anos	1 1 6 (1.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza trabalhista.

17.1. Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia possui contingência de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível com avaliações de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências classificadas com probabilidade de perda possível estão apresentadas a seguir:

17.1.1 Tributário e previdenciário

A Elfe possui processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos, tais como indeferimento de compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, PIS/COFINS sobre receita financeira, indeferimento de compensação com créditos de PIS/COFINS, Imposto sobre Serviços (ISS), incidência de FGTS sobre valores pagos a funcionários e Contribuição Previdenciária, que, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível.

Em dezembro de 2020, a controlada Elfe recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal ("CPP") incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre janeiro de 2016 a julho de 2018, no valor aproximado de R\$ 65 milhões.

Apresentada manifestação de inconformidade no prazo legal, que aguarda julgamento.

RAT (Risco Ambiental do Trabalho)

A contribuição previdenciária sobre o RAT, incidente sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%) correspondentes a cada tipo de risco (baixo, médio e grave, respectivamente), devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidente ou doença do trabalho a que são expostos os empregados de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Na aplicação da alíquota, além de levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus empregados, os quais podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco efetivo de seus empregados, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017, a Companhia retificou o seu enquadramento, passando a aplicar a alíquota que concretamente refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, recuperando, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

Amparada por seus assessores jurídicos e respaldada por opiniões técnicas de especialistas renomados no mercado, a Companhia retificou o seu enquadramento em 2017 e 2018, passando a aplicar a alíquota que refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, requerendo, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

Em março de 2019, considerando os argumentos acima, a Companhia ajuizou ação judicial requerendo a aplicação a alíquota de 1% para o RAT somente a partir da data de ajuizamento da ação. A liminar foi deferida suspendendo a exigibilidade do RAT no que exceder à alíquota de 1%. A União interpôs agravo de instrumento contra a liminar, e em 06 de junho de 2019 o tribunal atribuiu efeito suspensivo ao agravo, suspendendo os efeitos da liminar anteriormente concedida. A Companhia recorreu da decisão e aguarda o julgamento desse recurso contra a decisão que suspendeu a liminar.

17.1.2 Trabalhista

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores que montam R\$ 1.745, com avaliação de perda possível, o qual foi mensurado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses.

Sendo assim, os valores de perda possível somam o montante de R\$ 5.836, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.740 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demais obrigações

	31/12/2020	31/12/2019
Outras obrigações	1.288	-
	1.288	

19. Transações e saldos com Partes Relacionadas

Todos os valores e demais condições das transações entre as partes relacionadas são determinados por acordos entre elas.

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações podem ser contraídos entre partes relacionadas oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma onerosa etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições acordadas entre as partes e formalizadas em contratos.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações contábeis.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante Liq Corp S.A.	Mútuo (a)	40.053	40.053
Ativo não circulante Liq Corp S.A.	Mútuo (a)	86.688	64.265
Passivo não circulante Liq Corp S.A.	(b)	(76.437)	(16.817)

a) Saldo referente à contrato de mútuo com a empresa Liq Corp S.A.;

19.1 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2020, não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

b) Saldo referente a reembolsos a serem pagos referente a despesas e gastos diversos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 74.758.103,65 (R\$ 58.000.000 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 74.758.103 ações ordinárias (58.000.000 em 31 de dezembro de 2019), escriturais e sem valor nominal.

20.2 Aumento de capital

Em 01 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou em AGE o aumento de capital de R\$ 16.758.103,65 correspondente a 16.758.103 novas ações ordinárias.

20.3 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; (ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.

21 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita operacional bruta	361.381	341.295
Tributos sobre as receitas		
Pis/COFINS	(28.284)	(27.534)
CPRB	(15.535)	(15.331)
ISS	(14.847)	(14.500)
ICMS	(702)	(208)
Abatimentos da receita	(5.499)	(2.982)
Descite an aregional liquida	20/ 51/	200.740
Receita operacional líquida	296.514	280.740

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

22.1 Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Salários, encargos e benefícios	(237.340)	(203.707)
Infraestrutura e serviços	(37.990)	(41.355)
Materiais	(11.780)	(17.746)
Depreciação e amortização	(4.085)	(4.697)
	(291.195)	(267.505)

22.2 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Salários, encargos e benefícios	(14.957)	(11.036)
Serviços de terceiros	(11.230)	(12.500)
Materiais	(417)	(393)
Depreciação e amortização	(997)	(316)
	(27.601)	(24.245)

23 Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas

	2020	2019
Despesas recuperadas Venda de imobilizado	241	347
Outras		
	241	347
Despesas Contencioso judicial, líquido de provisões e reversões Outras	(2.051) (156) (2.207)	
	(1.966)	347

24 Receitas/(despesas) financeiras líquidas

24.1 Receitas financeiras

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras		
Juros e atualizações sobre outros ativos	1.087	12.987
Outras receitas financeiras	4	27
	1.091	13.014

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

24.2 Despesas financeiras

	2020	2019
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(4.268)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	(21.571)	(14.605)
Juros e atualização de contingências (Nota 18)	(4.217)	(8.712)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)	(1.156)	(1.880)-
,	(227)	(317)
	(31.439)	(12.500)

25 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído baseia-se para 2020 na média ponderada de 74.758.103 ações já contemplando o aumento de capital no montante de 16.758.103 ações integralizado em 01 de dezembro de 2020, sendo de 58.000.000 ações para o ano de 2019.

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo por ação:	-	
Básico	(0,4792)	(0,2200)
Diluído	(0,4792)	(0,2200)

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31/12/	2020	31/12/2019		
Valor contábil	Valor iusto	Valor contábil	Valor iusto	
33.516	33.516	3.010	3.010	
74.056	74.056	65.872	65.872	
3.765	3.765	3.185	3.185	
(31.102)	(31.102)	(34.656)	(34.656)	
(49.490)	(49.490)	(36.209)	(36.209)	
(5.008)	(5.008)	(2.679)	(2.679)	
(25.738)	(25.738)	1.477	1.477	
	Valor contábil 33.516 74.056 3.765 (31.102) (49.490) (5.008)	contábil justo 33.516 33.516 74.056 74.056 3.765 3.765 (31.102) (31.102) (49.490) (49.490) (5.008) (5.008)	Valor contábil Valor justo Valor contábil 33.516 33.516 3.010 74.056 74.056 65.872 3.765 3.765 3.185 (31.102) (31.102) (34.656) (49.490) (49.490) (36.209) (5.008) (5.008) (2.679)	

26.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de restruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

26.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada.

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras de primeira linha.

26.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2020. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

	Taxa estimada a.a.
	cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	2,85%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"	3,0% a 4,0%
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TLP"	4,4% a 5,4%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2020						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	33.516	Queda CDI	2,85%	32.561	40.701	52.912
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(49.490)	Aumento CDI	2,85%	(52.610)	(65.763)	(85.492)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeira	s líquidas			(20.050)	(25.062)	(32.580)

26.4 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

		31/12/2020			31/12/2019	
	Valor justo por			Valor justo por		
	Custo amortizado	meio do resultado	Total	Custo amortizado	meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	33.516	-	33.516	3.010	-	3.010
Contas a receber	56.597	-	56.597	49.708		49.708
Garantias	17.460	-	17.460	16.164	-	16.164
Partes relacionadas	119.274	-	119.274	104.318	-	104.318
Passivos						
Fornecedores	(31.102)	-	(31.102)	(34.656)	-	(34.656)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(49.490)	=	(49.490)	(36.209)	-	(36.209)
Parcelamentos de tributos	(20.308)	=	(20.308)	(23.622)	-	(23.622)
Partes relacionadas	(76.437)	-	(76.437)	(16.817)	-	(16.817)
	58.673		58.673	61.896		61.896

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

26.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM nº 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

Com base nessa conceituação, o valor justo das debêntures foi definido através do cálculo de fluxos de caixa descontados, considerando taxas referenciais da B3 de swap Pré x CDI e de Pré x TR, sendo classificado na categoria nível 2.

27 Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As necessidades de cobertura da Companhia são revisadas periodicamente.

As coberturas de seguros da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Importâncias
Natureza das coberturas	seguradas
Patrimonial	13.541
Responsabilidade civil geral	65.100